

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

União apresenta balanço para minimizar caos no RS

Janja não conseguiu estar na coletiva de imprensa devido ao mau tempo

/ CLIMA

Bárbara Lima

barbaral@jcrs.com.br

O escritório do governo federal em Porto Alegre realizou ontem uma coletiva, no 3º Regimento de Cavalaria de Guarda - Regimento Osório do Exército, para detalhar ações feitas, até o momento, para mitigar os efeitos do desastre climático que atinge o Rio Grande do Sul desde a semana passada. Entre as principais medidas estão a chegada de 220 purificadores, que irão produzir 1,1 milhão de litros de água tratada por dia para abrigos no Estado, a disponibilização de recursos imediatos para ajuda humanitária aos municípios e restabelecimento de serviços públicos e a importação de arroz. A primeira-dama Janja Lula da Silva, que visitou abrigos na Região Metropolitana na manhã desta quarta-feira, e a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, estavam confirmadas para a coletiva, mas, por conta do mau tempo, que voltou a atingir a Capital ao longo do dia, tiveram que retornar mais cedo à Brasília.

“Fomos obrigados a antecipar o retorno da comitiva por conta do mau tempo”, explicou ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Paulo Pimenta, ao dar início ao balanço. O ministro do Desenvolvimento Regional, Waldez Góes, falou das dificuldades de manter abastecimento para todos os afetados e da necessidade de restabelecer servi-



Ministros detalharam as ações do escritório do governo na Capital

ços públicos onde a água já baixou. “Resgatar e cuidar dos abrigados é prioridade diária. Em regiões que a água já baixou, precisamos trabalhar.” O escritório já montou junto aos municípios 27 planos de ajuda humanitária que somam R\$ 22 milhões. A previsão era que o fosse empenhado, ou seja, autorizado para uso, até a noite de ontem.

Além disso, uma portaria do Ministério do Desenvolvimento permitiu que cidades que estão com dificuldades para montar os planos podem ter recursos liberados imediatamente pelo governo federal. Os municípios que têm até 50 mil habitantes podem resgatar R\$ 200 mil; os que têm entre 50 mil e 100 mil podem ter liberados R\$ 300 mil. Já municípios que têm acima de 100 mil pessoas devem receber R\$ 500 mil. O presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Ede-

gar Pretto, afirmou que um total 97 mil cestas de alimentos serão distribuídas nos próximos dias. Pimenta disse que os purificadores, que serão entregues ao alojamentos, resultado de uma ação da primeira-dama junto a influenciadores, como Felipe Neto, devem respeitar a lógica de maior concentração desabrigados.

Pretto deu mais detalhes sobre a importação de arroz, medida que o governo federal está construindo para evitar desabastecimento, uma vez que o RS é responsável por boa parte do grão consumido no Brasil. “A Medida Provisória que vai detalhar. O plano não é comprar 1 milhão de toneladas de uma vez”, esclareceu. A ideia é que o governo importe cerca de 200 mil toneladas em um primeiro momento para abastecer regiões como Norte, Nordeste e Sudeste. Os recursos necessários ainda não foram detalhados.

‘Doações via Pix não vão para governo do RS’, diz Leite

Cláudio Isaias

isaiaasc@jcrs.com.br

As chuvas dos últimos dias que atingiram o Rio Grande do Sul e causaram mortes e destruição em diversas cidades gaúchas fez com que o governo estadual decidisse reativar o canal de doações para a conta SOS Rio Grande do Sul. Os valores podem ser transferidos para a chave PIX (CNPJ: 92.958.800/0001-38). O meio de pagamento é o mesmo utilizado pelo Executivo estadual no ano passado na tragédia do Vale do Taquari, onde foi arrecadado mais de R\$ 5 milhões.

Porém, a iniciativa do Executivo estadual recebeu críticas. Nas

redes sociais, diversas pessoas questionam o fato de ter que realizar a doação de recursos financeiros para o governo estadual: “o problema é não saber para onde vai”; “com essa iniciativa os recursos vão demorar muito para chegar”; e “façam as doações de vocês para Ongs confiáveis, procurem informações, mas não façam para o governo”.

Diante da repercussão, na terça-feira, o governador Eduardo Leite (PSDB) fez um vídeo para prestar esclarecimentos. No entendimento do governo, os boatos em redes sociais buscam distorcer o funcionamento do PIX SOS Rio Grande do Sul. Ele disse que as doações feitas

via Pix para as vítimas das enchentes que atingem o Estado não vão para o governo. “O Pix não é para o governo estadual”, disse Leite.

Por meio de nota, o governo informou que o canal de doações SOS Rio Grande do Sul está vinculado a uma conta bancária da Associação dos Bancos do Estado do Rio Grande do Sul. Essa conta, aberta no Banrisul, um banco público, é gerida por um comitê gestor, formado por entidades públicas e privadas, lideradas pela Casa Civil. Esse comitê é responsável por definir ações, medidas e critérios de distribuição das doações destinadas às vítimas das enchentes e arrecadadas pela chave pix do canal.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Ciência alerta para eventos extremos

O secretário Executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, afirmou que “não faltam informações, não faltam pesquisas, não faltam relatórios, não faltam alertas da ciência” que catástrofes climáticas iriam acontecer. “Temos aí uma diversidade muito grande de informações seja na previsão do tempo, como a gente está vendo agora, seja nessa previsão climática que há mais de uma década foi feita”. Ele disse, em entrevista à Renata Lo Prete, do Jornal da Globo, na madrugada de ontem, que “os cientistas colocam isso em público, de que muitos eventos climáticos vão acontecer, de forma mais extrema e de forma mais constante, quanto mais o planeta sofre transformações com mais emissões de efeito estufa”.

Colapso climático

Para Márcio Astrini (foto), o colapso climático com eventos extremos “não devia ser uma novidade para ninguém”. Inclusive, lembra o especialista, isso vem sendo visto há muito tempo no Brasil. “Tivemos uma seca histórica na Amazônia, no ano passado, enchente no Rio Grande do Sul, também no ano passado, aconteceu em São Sebastião, em Petrópolis, no Sul da Bahia, no Norte de Minas Gerais é um acúmulo e uma constância muito grande desses eventos e, agora, estamos vendo o pior deles, no Rio Grande do Sul”, acentuou.



MÁRCIO ALVES/OBSERVATÓRIO DO CLIMA/JC

Falta ação

Márcio Astrini salienta que “muitas dessas autoridades que hoje estão chocadas com isso que está acontecendo, participam, inclusive, das conferências de clima. Vão lá, ouvem todas essas previsões mas parece que não escutam ou pelo menos não internalizam a gravidade da situação”. Segundo ele, “nós estamos chegando, realmente, num mundo muito diferente e não falta informação sobre isso, o que falta é ação”.

Agenda de retrocessos

Para Márcio Astrini, “primeiro a gente precisa, no nosso País, parar de andar para trás. Nós temos uma agenda que impõe retrocessos gigantescos, a começar pelo Congresso Nacional. Para que se tenha uma ideia, existem projetos no Congresso que diminuem toda a proteção ambiental no Brasil, a começar pela Amazônia, que está na pauta, e diminuem a área de proteção legal da Amazônia e pode levar, segundo cálculos do Ministério do Meio Ambiente, a um desmatamento 30 vezes maior do que o registrado, no ano passado”.

Definir prioridades

A primeira coisa, acentua Márcio Astrini, “é parar esse tipo de absurdo e impedir esse tipo de pauta de avançar. Num segundo momento é olhar para as áreas que estão sob risco, e nós temos diversas, o próprio governo cataloga, hoje, cerca de mil áreas, ou mais do que isso, que estão sobre extremo risco climático e ter um plano para estas áreas: investimento, o que vai ser feito, quando vai ser feito, o que é mais prioritário e mais urgente”, elenca o diretor-executivo do Observatório do Clima.

Agora é socorrer as vítimas

No entendimento de Astrini, “agora, a gente tem que socorrer as vítimas e dar assistência emergencial, a catástrofe já aconteceu. Logo depois, a gente coloca em ação um plano para tornar as cidades mais resilientes e também não deixar que as coisas retroajam no País”.